



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

JULIAN STEPHEN DA SILVA TORRES

**PRÁTICA EM PSICOLOGIA EM UMA BRIGADA URBANA DO MST**

MACEIÓ-AL

2023

JULIAN STEPHEN DA SILVA TORRES

**PRÁTICA EM PSICOLOGIA EM UMA BRIGADA URBANA DO MST**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador Prof. Dr. Saulo Lourdes Fernandes

MACEIÓ-AL

2023

# PRÁTICA EM PSICOLOGIA EM UMA BRIGADA URBANA DO MST

Julian Stephen da Silva Torres<sup>1</sup>

Saulo Luders Fernandes<sup>2</sup>

**Resumo:** Este relato de experiência tem como objetivo descrever e reflexionar sobre as possibilidades de práticas da psicologia junto a uma brigada urbana do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), tendo como base os conceitos de violência do psicólogo social salvadorenho Ignacio Martín-Baró. Este trabalho é fruto de uma experiência de um ano de estágio que iniciou-se em 2021 e tem como base para o registro das informações diários de campo e terá como campo analítico a análise de cenas das atividades realizadas, das interações com integrantes do bairro da Levada e das discussões com os membros do movimento. No percurso do trabalho buscamos compreender como tensionar caminhos para a Psicologia dos oprimidos, que possa enfrentar violências simbólicas e estruturais como as manifestas na luta dos trabalhadores rurais por reforma agrária, direito à cidade e direitos fundamentais. A experiência possibilitou o pensar e fazer outra psicologia possível, que dialogue com as demandas populares e o fortalecimento das forças psicopolíticas presentes no cotidiano das/os membras/os do movimento, contribuindo no questionamento de qual o papel do psicólogo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-Chave:** Relato de experiência; Práticas Psicopolíticas; MST.

## PSICOLOGIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E VIOLÊNCIA

“A história exige, como nunca dantes, que sejamos humanos em atos e em palavras, generosamente humanos, diante de tempos tão bárbaros e sombrios” (Luciano Mendonça)

Violência é uma questão social presente desde as mais antigas sociedades, em diferentes locais e culturas. Diferentes manifestações foram compreendidas ou não como violentas consoante o contexto social do intérprete. Atualmente, a demonstração de poder que possa resultar em morte, dano psicológico ou privação, se enquadra enquanto conceituação de violência segundo a OMS, abarcando basicamente todos os conflitos e tensões da contemporaneidade (KRUG, 2002).

---

<sup>1</sup> Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL);

<sup>2</sup> Professor Doutor e coordenador do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Um dos grandes expoentes sobre o tema é o psicólogo social e político, estudioso e pesquisador Ignácio Martín-Baró. Nascido na Espanha e radicado em El Salvador, teve suas obras reconhecidas internacionalmente, embora seus escritos tenham pouca repercussão frente à quantidade de importantes discussões propostas ao longo de sua trajetória, com especial escassez na Psicologia brasileira, tendo em Maritza Montero um fortune desvio à regra (OLIVEIRA, 2014).

O próprio Martín-Baró evidenciou limitações no objetivo das investigações, quando enunciou que “Nós necessitamos, urgentemente, fazer pesquisa, não tanto para ser publicada, mas para ser utilizada como instrumento de mudança social” (1987/2017, p. 95). Entender sobre o que pesquisamos inclui entender sobre quem pesquisamos. Ignácio Martín-Baró nasceu em Valladolid, em 7 de novembro de 1942 e faleceu pelas mãos de forças paramilitares juntamente com cinco jesuítas e mais duas mulheres. O assassinato ocorreu na Universidad Centroamericana José Simeón Cañas (UCA), centro de estudo em El Salvador onde foram forjados diversos estudos do autor.

Indispensável expor a situação de El Salvador como fazem Martins e Lacerda Jr. (2014), para orientar como se deu a trajetória de Martín-Baró. Entre os anos de 1932 e 1972 ocorreram sete golpes de Estado com envolvimento direto das forças militares e poderosas famílias locais com o suporte estadunidense. No ano de 1979, em meio a uma realidade de enorme desigualdade econômica, contradições sociais latentes, governos impostos enquanto farsas, foi vislumbrada a real necessidade de superação desse caos político.

No ano de 1979 houve um momento de mudança crucial quando jovens oficiais militares derrubaram o presidente militar Carlos Humberto Romero e o mandaram para exílio. O Partido de Conciliação Nacional (PCN) foi dissolvido, em seu lugar, os militares estabeleceram a Junta Revolucionária de Governo (JRG) de El Salvador. A junta era composta por três civis e dois militares. Sua oposição ao partido vinha desde o começo do governo do PCN na década de 1970 (WOOD, 2003).

Houve um grande massacre de organizações populares que se manifestavam contra a junta reformista, que prometeu reformas políticas e econômicas mas entregou ainda mais opressão e violência. Assim, o golpe motivou que diferentes frentes militantes se unissem contra o governo fraudulento, dando origem à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Desde então, o cenário político polarizou-se cada vez mais, tendo de um lado a revolta protagonizada pela FMLN e apoiada pela Frente Democrática Revolucionária (FDR), enquanto do outro a força estatal em nome do governo salvadorenho, apoiado pelos EUA e por organizações assassinas e torturadoras de adversários, sendo elas: a Organização

Democrática Nacionalista (ORDEN), os chamados "esquadrões da morte". Martín-Baró tinha apoio aberto pelo primeiro grupo e suas causas, mesmo que crítico dos mesmos (LACERDA JR e GUZZO, 2009).

Na guerra civil de El Salvador, mais de 750.000 pessoas foram deslocadas e por volta de 1 milhão de pessoas se refugiaram nos Estados Unidos. Por volta de 32 mil pessoas fugiram para Honduras, Nicarágua, México e Guatemala, graças à proximidade fronteiriça. Estima-se ainda que 75 mil pessoas foram mortas de forma direta pela guerra, a maior parte de civis. Mais da metade desse total foram mortos durante os primeiros quatro anos de combate, quando os esquadrões da morte visaram uma ampla gama de civis que pudessem estar ativos de alguma forma em organizações populares subversivas, tendo as forças armadas executado dezenas de milhares e realizado varreduras terrestres mirando tanto combatentes como civis (CALL, 2002).

Seu compromisso com a realidade salvadorenha resultou não só em uma extensa, mas importantíssimo acervo, o que garantiu sua centralidade em diversos temas, mesmo que seu falecimento tenha abreviado sua produção. Lacerda Jr. e Guzzo (2009) abordam como sua obra foi ampla, desenvolvendo problemáticas sobre: Pobreza, Guerra, Drogas, Função das Universidades, Pedagogia, Racismo, Camadas e Classes Sociais, Ética, Grupos, Psicologia do Trabalho, Papel do Psicólogo, Análise de categorias básicas da Psicologia Social, incluindo a temática da violência como um de seus principais eixos. Martín-Baró (1985, p.365-366), entende violência como:

[...] todo acto al que se aplica una dosis de fuerza excesiva [...] resulta posible hablar de violencia estructural o institucional, ya que las estructuras sociales pueden aplicar una fuerza que saque a las personas de su estado o situación, o que les obligue a actuar en contra de su sentir y parecer.

Uma das destacadas manifestações de violência é a estrutural. Isso ocorre quando um grupo minoritário concentra poder para comandar uma maioria sem comum acordo, perpetuando uma situação de conflito permanente. Para exercer o domínio, essa minoria usa da violência estrutural como instrumento de manutenção da ordem social. Como essa conjuntura violenta é a base das sociedades capitalistas, onde a exploração das classes é condição imprescindível para sua reprodução, todo o funcionamento das relações decorrente será fruto desse alicerce violento primário (MARTINS e LACERDA JUNIOR, 2014).

Como pertencente às estruturas sociais, as instituições têm em sua constituição a violência, que nega direitos e naturaliza injustiças. Guiada pelos objetivos da classe

dominante, a violência institucional cria mecanismos onde asseguram que o processo seja legitimado e continuado, impedindo qualquer tentativa de rompimento. Um desses mecanismos é a violência repressiva, utilizada pelo Estado contra as iminentes ameaças (MARTÍN-BARÓ, 1990), mas a manifestação pode ser bem mais sutil. A burocracia para trâmites que possam vir a ceder benefícios, órgãos judiciais que protegem os membros da elite e perseguem a parcela marginalizada, discriminações em espaços que supostamente são guiados por mérito, e assim por diante. Isso ocasiona em indivíduos que podem habitar qualquer espaço, que já tem um lugar cativo por nascença, podendo gerir e manter as bases institucionais da mesma forma com o intuito de continuar os privilégios de forma hereditária, enquanto outros têm espaços restritos e específicos para que os impeçam de remodelar a ordem desejada.

Para entender como as estruturas conseguem exercer violência mesmo sem um propósito explícito, é necessário que o conceito de agressão também seja colocado. Agressão é a ação propositalmente nociva, ou no mínimo a sua intenção original (MARTÍN-BARÓ, 1985). Ou seja, podem haver atos violentos e danosos, mas isso não é o suficiente para o enquadramento enquanto uma agressão, caso esse não tenha sido o intuito original. A opção de Martín-Baró (1985) em tais definições reside na escolha etimológica para classificar palavras tão expandidas, tendo em violência a ideia de forma mais ampla, enquanto que agressão é mais delimitada. Com a diferenciação, a ideia de violência estrutural fica mais tangível, já que ela aplica forças que tiram as pessoas de seu estado inicial e as obrigam a atuar de forma contrária a seus desejos, ou seja, uma violência, ainda que não tenha sido o propósito almejado.

Interessante notar que houve um entendimento inicial mecanicista de Martín-Baró sobre a violência, justificando a sua reprodução pelo psiquismo individual e pela essência humana, não sendo muito divergente do que era pregado pela própria Psicologia hegemônica, por mais que seja divergente a todo seu movimento seguinte. Existiam orientações para que a Psicologia se aproximasse mais do campo científico enquanto uma esfera politicamente neutra. O afastamento do campo político se dá antes de sua apropriação dos pressupostos marxistas, justamente quando se intensifica a situação da guerra civil em El Salvador. Logo, em um contexto de luta armada, suas críticas se voltam quanto ao extremo peso dado às individualidades e a diminuição da importância do papel da sociedade. A partir desse ponto, a violência é concebida enquanto um fenômeno histórico e dialético, já que ela surge a partir de corpos socialmente construídos (MARTINS e LACERDA JUNIOR, 2014).

Pode-se dizer que hoje existem estudos sobre a violência pelo campo da Psicologia Política que não existiam em 1987, inclusive sendo produzidos no Brasil. Na época, Martín-Baró ainda contribuía por uma Psicologia que pudesse ser mais aliada dos povos latino-americanos, como não era compreendido que acontecia com a sua vertente tradicional européia. Segundo Guzzo e Lacerda Jr. (2009), sua principal argumentação recaía sobre o fato de que o colonialismo e o imperialismo presentes na ciência em questão atuavam somente com intuito de moldar indivíduos e tranquilizar mentes a fim de reforçar a estaticidade da ordem social.

Ainda de acordo com Guzzo e Lacerda Jr. (2009) há um caminho para o desdobramento da Psicologia tradicional, interpretada como asseguradora das injustiças sociais presentes e explicativa da realidade, para uma Psicologia popular, que leve em conta em sua própria teoria e práxis as historicidades e coletividades que possam transformar a realidade. A elaboração dessa nova perspectiva não quer dizer que imediatamente um olhar não alienante emergirá como salvador, mas sim que possa haver valorização de pequenos atos e formas de pensar que antes estavam sendo negligenciadas e conseguiriam posteriormente ganhar atenção.

Para que isso ocorra é necessário que a Psicologia se desamarre de heranças coloniais. Foi necessário beber da fonte da Teologia da Libertação, para o surgimento da ideia da Psicologia da Libertação, uma construção que traz novos ares para o enfrentamento das reais necessidades das maiorias populares latino-americanas.

Segundo Martín-Baró (1986/2009), a Teologia da Libertação tem como premissas principais três pontos de destaque: a) O Deus é vida e promotor da vida, e somente através da libertação do povo das amarras sociais que seria possível buscar a vida, não há vida sem a libertação das amarras da dominação; b) As ações valem mais do que as afirmações, a consciência não parte de uma perspectiva de compreender a realidade, pois compreendê-la é atuar sobre ela, então todas as atitudes indispensáveis para a o rompimento com as estruturas opressoras devem ser tomadas, mais do que apenas pronunciar contra, mais do que apenas refletir sobre, agir; c) Deus está entre os pobres, a maioria da população, aqueles em que Jesus ficou no meio, um guia que orienta onde a obra divina deve ser realizada.

O último quesito recebe uma reflexão especial de Martín-Baró (1986/2009) ao trazer à discussão a história dos recém libertos da escravidão de Israel em busca da terra prometida. Seus objetivos não eram só a posse de um terreno que pudessem ser expulsos a qualquer momento, mas a propriedade de algo que lhes pertencesse, que simbolicamente representasse

o rompimento com o martírio vivido e o alcançar de uma nova identidade através da luta coletiva.

Há aí uma contradição latente na manutenção da ordem social: conformista e provocadora. A Teologia da Libertação é um estudo implicado que instiga a tentativa de rompimento com posturas dogmáticas e alienadoras dos povos, incitando o questionamento e a reivindicação de condições melhores para além da mera sobrevivência. De maneira oposta, diversas religiões esboçam realidades em que cada indivíduo deve se contentar com o que tem, por um plano de fatalismo existencial em que mesmo a miséria deve ser aceita de forma passiva (OLIVEIRA, 2014). Há dois textos fundamentais de Martín-Baró para este debate: “El latino indolente. Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano” (MARTÍN-BARÓ, 1987a) e “Del opio religioso a la fe libertadora” (MARTÍN-BARÓ, 1987b). Válido fazer a diferenciação entre o objeto e o estudo do objeto, apresentando coerência no conteúdo desenvolvido, em uma diferenciação entre o que é a Teologia da Libertação e a expressão da instituição judaico-cristã.

Martín-Baró (1986) elucida que os pressupostos da Teologia da Libertação nortearam a Psicologia da Libertação a fazer o mesmo, encontrar seus elementos primordiais, também três foram salientados: o primeiro trata do horizonte, no qual o status de se consolidar enquanto ciência hegemônica ficasse de lado frente às reais preocupações dos povos latino-americanos, bem como, a patologização fosse vista de forma crítica e histórica, não mais através de uma lente de fatalismo meritocrático individual burguês.

Outro elemento é a epistemologia, em que a verdade – compreendida não como uma representação de fatos mas como um conjunto de possibilidades –, não deve ser simplesmente posta para os povos, mas sim construída com eles, a partir deles, na qual o presente contraído pode não ser uma saída, mas o futuro dilatado tem que ser. Tanto Paulo Freire como Florestan Fernandes reforçaram que esse ponto só poderia ser alcançado através de uma educação crítica e uma alfabetização conscientizadora. Este último exemplificou que:

Pensar politicamente é alguma coisa que não se aprende fora da prática. Se o professor pensa que sua tarefa é ensinar o ABC e ignora a pessoa de seus estudantes e as condições em que vivem, obviamente não vai aprender a pensar politicamente ou talvez vá agir politicamente em termos conservadores, prendendo a sociedade aos laços do passado, ao subterrâneo da cultura e da economia.(FERNANDES, 1989, p. 165)

Como último pressuposto se tem a práxis, intensificada de práticas libertadoras que mirem “(...) não apenas no que é, mas no que não é, e isto ocorre na medida em que tentamos orientá-la para aquilo que deve ser” (MARTÍN-BARÓ, 2009, p. 193), como os povos

latino-americanos devem fazer para a retomada do poder popular ao se indignar com a realidade dada e partir para a transformação social em nível pessoal e comunitário, uma atitude ética e política da Psicologia diante da realidade, essencial na resiliência frente às diversas violências sofridas por esses grupos.

Jesus (2012) defende que, um dos mecanismos de enfrentamento de violência mais importantes é a mobilização de movimentos sociais, através de ambientes de construção e fortalecimento de pessoas com intuito de discutir e compartilhar ideias de interesse comum. Práticas são originadas desses encontros, ações de cooperação e estabelecimento de políticas que os possibilitem assumir o papel de atores políticos de suas próprias vidas. Assim, manifestações, marchas e eventos são instrumentos políticos, marcados não por um conjunto de interesses particulares, mas pelas demandas coletivas do grupo, que podem se reverter em reivindicações de promoção da democracia por ações afirmativas através do Estado.

Há a iminente aproximação dos movimentos sociais com a Psicologia Social Política, campo investigativo propício para o estudo dos grupos, seus afetos, identificações, crenças, relações interpessoais e intergrupais; principais motores do envolvimento grupal (JESUS, 2012). Quando a Psicologia clássica se interessa unicamente pelos comportamentos e estados cognitivos, limita o debate em uma esfera estritamente individual, como se os grupos fossem aglomerados de pessoas. Um novo olhar que desse o destaque merecido nas relações e no organismo novo criado a partir da junção de cada individualidade foi essencial para um entendimento mais abrangente dos grupos sociais. Logo, desde que mantenha sua criticidade, o saber científico pode ser realizado de forma política. Ainda que as discussões muitas vezes giram em torno de impasses morais, a ciência não deve deixar de lado sua busca por um conhecimento que passe pelo campo da ética .

## **PERCURSOS DO TRABALHO**

A mobilização social em questão, que foi fonte deste artigo, é o Congresso do Povo. O grupo nasceu em 2017 com a Frente Brasil Popular a partir do diagnóstico de fragilidade com trabalho de base pela esquerda brasileira, sobretudo no meio urbano. Se via como necessário criar condições de mobilização da juventude. A proposta principal era retomar o trabalho de base, organizar uma grande conferência como ferramenta essencial na discussão com a população. Sendo assim, desde o seu surgimento a intenção é evocar o poder das massas marginalizadas, construir um projeto democrático, estimulando novas formas organizativas desde a fundação até o ponto do incentivo na luta de classes, saída única na vida dos que pertencem às camadas menos abastadas.

As coletividades não se propuseram a começar a mobilização, e então o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma das maiores organizações sociais do mundo, assumiu a tarefa de tomar essa iniciativa. Em 2018, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), o MST decide pela criação das brigadas nacionais do congresso do povo. Foram construídas 19 brigadas, com ao menos 640 militantes cadastrados e ativos na manutenção da organicidade geral.

As escolhas das regiões são feitas pensando no diálogo com organizações existentes. Realizam-se reuniões semanais de estudo antes da entrada nos bairros. Uma das possíveis metodologias de entrada é o método de alfabetização cubano “Sim, eu posso!”, muitas vezes com articulação da própria igreja católica da comunidade. Em conjunto com isso, também são realizadas no bairro escolhidos ações de distribuição de toneladas de alimentos vindos de áreas de reforma agrária. A partir disso, é possível observar a criação de vínculos mais firmes da comunidade com as brigadas, como por exemplo, a introdução de pessoas da população local nas dinâmicas de organização e tarefas da casa sede em cada localidade do país.

Depois então, novas ações acabam sendo incorporadas nas brigadas em atividades externas ao bairro sede, como os mutirões de alfabetização, e os episódios de distribuição de alimentos, alcançando dezenas de pessoas em situação de rua todas as semanas, expandindo o raio de alcance das ações do Congresso do Povo. Isso soma a dificuldade de conciliar diferentes atividades em prol da mesma direção, requerendo extrema sistematização.

A curiosidade para realização deste trabalho despertou durante um estágio na brigada urbana no bairro da Levada, em Maceió. De acordo com Tenório, Santos e Gonçalves (2019), a região é uma das mais carentes da capital alagoana, tendo em vista o pouco investimento empregado e um problema arraigado: a falta de saneamento básico dos esgotos, que acarreta em doenças na população residente e desvalorização constante dos imóveis.

Para realizar a análise dos momentos experienciados, foi pensado na contribuição de Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (2008), sobre a pesquisa narrativa. Essa abordagem metodológica se concentra na coleta e análise de histórias e relatos de vida, com o objetivo de compreender as experiências, perspectivas e significados dos indivíduos envolvidos. A pesquisa narrativa pode ser utilizada em uma ampla variedade de campos, incluindo ciências sociais, psicologia, antropologia e ciência da informação. A pesquisa narrativa pode ser uma maneira útil de explorar a complexidade das experiências humanas e de compreender como as pessoas constroem sentido a partir de suas vivências. Além disso, a pesquisa narrativa pode ser utilizada para revelar tendências e padrões em relatos individuais, bem como para explorar as implicações sociais e políticas dessas histórias.

O estudo supracitado serviu como embasamento para os caminhos dessa pesquisa, mas não há problema se pensarmos em alternativas metodológicas. Os relatos abordados foram compilados em diários de campo que puderam ser divididos em forma de cenas, tecendo narrativas conforme a linguagem permite a recapitulação dos eventos acontecidos. Como cena, entende-se que a intenção é analisar os dados a partir de descrições das dinâmicas que ocorrem em um determinado ambiente (LI et al., 2014). Logo, serão utilizadas para compreender como se constrói significado a partir das experiências, e como os contextos sociais e culturais afetam as populações, principalmente as mais vulnerabilizadas, evidenciando momentos importantes que chamaram nossa atenção e que deveriam ser colocadas em um maior foco pela Psicologia, seguindo orientação de Martín-Baró (1990) para pensar alternativas contra-hegemônicas de caminhos marginais.

Informo antes de mais nada que esse não era o primeiro cenário possível, este artigo tinha uma finalidade teórico-epistemológica, porém seu curso foi transformado pelas afetações na Casa do Congresso do Povo. O caminho da pesquisa teórica se fez presente durante boa parte da elaboração desse projeto, mas uma insatisfação latente se fez presente ininterruptamente. A pouca identificação com o texto escrito criava um artigo que não fazia sentido, onde não havia espaço para que os afetos do corpo pudessem extravasar, seguir algum direcionamento frente às tensões, prazeres e experiência do campo. Dessa forma que o percurso foi alterado, para sanar qualquer dúvida sobre as marcas de originalidade e pertencimento entre a obra e o autor.

## **CENAS E ANÁLISES DAS PRÁTICAS PSICOPOLÍTICAS**

A participação no Congresso do Povo iniciou-se em 2021, ao me inserir na agenda já estabelecida de ações da brigada em prol da Reforma Agrária Popular e ao oferecimento de atendimento individualizado presencial no modelo de plantão, em dia previamente combinado com todos. Para melhor atender a todos nessa segunda demanda, houve adequação dos dias e até dos meios de comunicação, visto que o meio online foi utilizado quando não havia outros meios de encontro. O objetivo era o auxílio no enfrentamento de desafios vigentes, explorando os melhores recursos que pudessem ser usados no presente momento, de forma pontual, sem maior necessidade de análise profunda.

Particpei primeiramente da Marmita Solidária da Terra, como demonstrado na figura 1, uma das ações sociais mais conhecidas devido ao impacto rápido que a distribuição de comida causa. Nossa função se inicia desde o preparo dos alimentos até a entrega aos

destinatários finais, pessoas em situação de rua, normalmente em extrema vulnerabilidade, abandonados por parentes, amigos e principalmente pelo Estado. Há consenso que as terras já conquistadas estão cumprindo com sua função social e desenvolvendo os territórios e a vida das famílias assentadas. Entretanto, para além disso, também têm a função de produzir toneladas de alimentos saudáveis que possam alcançar a população nacional. Isso é um compromisso fundamental que tem sido compreendido como central, já que possibilita a relação e o vínculo entre a cidade e o campo.

Nesse momento começou a ficar perceptível que a mensagem era de que não tinha como avançar sozinho, que o recado era de combater injustiças e desigualdades em micro e macro escala e defender um modelo de governo em que alimentação saudável de qualidade chegasse para todos. Ali, éramos a ponta de um longo processo reivindicatório, e que tinha sua missão de não se desprender dos mais vulneráveis.

Já que era um dos primeiros momentos em que eu tive contato com outros integrantes do movimento, logo me veio a pergunta de como eu poderia acrescentar algo ali como psicólogo enquanto ralava, descascava, cortava, lavava, embalava e distribuía. Deveria eu puxar um papo com todo mundo até que alguém se abrisse comigo? Tinha que ter a função de relaxar o ambiente, em uma estratégia de aumentar a produção?

Tão rápido quanto me surgiram estas questões, tão rápido sumiram. O meu entendimento de Psicologia nunca se limitou ao âmbito de uma clínica dual individual, em que eu tenho que fazer os outros se sentirem melhores ou encaixá-los melhor nas expectativas da sociedade. Assim como eu estava ali enquanto estudante de uma determinada ciência, meus companheiros também estavam, e não vi nenhum deles tentando trazer o mais característicos de seus campos de estudos para fazer uma justificativa da participação.



Figura 1 - Marmitta solidária sendo distribuída com colaboração do estagiário de Psicologia

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Com minha aproximação, eu percebi que a luta era bem maior do que eu entendia por Reforma Agrária Popular. Ou ainda, os processos e objetivos que a envolvem são bem menos simples do que eu acreditava. Envolve a democratização do acesso à terra e a discussão sobre a função social da terra, tendo como de suma importância a produção de alimentos e novas relações. Esta luta também dialoga diretamente com a construção de uma sociedade mais justa, humana, democrática, mais inclusiva e diversa para todas e todos e o enfrentamento às todas as iniciativas que estão na contramão desta construção. É contra todas as formas de violência e discriminação, por educação e saúde gratuitas, preservação ambiental e planos de governo que assegurem que isso seja cumprido independente de quem esteja no poder. Há quase quarenta anos o MST segue lutando pelas mesmas bandeiras, as mesmas causas que eu venho defendendo. Minha aproximação de fato com o movimento não era necessária, eu poderia apenas fazer o que era exigido e esperado de mim enquanto psicólogo e ir embora. No entanto, tudo ocorreu da forma mais genuína cabível.

Para conquistar essas exigências, embora devessem ser garantido conforme presente na lei, numerosos eventos e manifestações político-culturais foram organizadas como: Natal Sem Fome, Festival da Esperança, Jornada de Luta em Defesa da Reforma Agrária Contra a Fome e a Miséria, Seminário: As Eleições e a Luta Política Revolucionária, Arraiá da Reforma Agrária, Experimentos em Teatro Político, Cursinho Pré-Enem Popular.

Trago com especial destaque o dia do trabalhador ilustrado na figura 2, no primeiro de Maio de 2022, expressando o descontentamento com o presidente e sua política burguesa, latifundiária, fascista e genocida. Vivi na prática a organização social em prol da reivindicação de direitos assegurados pela constituição federal. Mesmo em um dia de intenso sol e calor, uma massa de trabalhadores aderiu à ideia e regado com muita música, o dia foi de lembrar da força que aquela união era capaz, ao mesmo tempo que trouxe um momento de alegria e esperança de que em breve o futuro pudesse ser melhor.



Figura 2 - Manifestação em prol dos direitos dos trabalhadores no 1º de Maio.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Sob esse contexto de lutas coletivas e batalhas individuais de resistência, diversas campanhas de solidariedade se fazem presente na agenda das brigadas. Não confundir

solidariedade com caridade. A primeira, ao contrário da segunda, é ativa, orgânica e convoca a classe para se organizar, se mobilizar. Certamente que as campanhas, especialmente durante a pandemia, foram importantes no enraizamento das brigadas nos bairros e para não só levar algo aos moradores, mas sim absorver suas condições, necessidades e ensinamentos em uma indispensável relação de troca.

Desse modo, conseguimos perceber que a localidade apresentava ausência de moradores com título de eleitor em situação irregular com a justiça. Perto da época de eleições, foi criado um mutirão para que a população pudesse regularizar sua situação eleitoral, ilustrado na figura 3. Muitos adolescentes apareceram para conseguir obter o documento pela primeira vez e exercer o papel de cidadão. Eu estava atuando ativamente como um fomentador da participação democrática, inserido no território como um agente estimulador de autonomia e criticidade.

Entre algumas simples histórias que ilustram a situação foi a recorrente presença de pessoas que não possuíam e-mail para receber as indicações de acesso ao site do governo. Essa pequena inexistência de um portal virtual me deslocava totalmente do ambiente acadêmico para um território de terra com indivíduos de carne e osso, onde um correio eletrônico teria pouca ou nenhuma utilidade.

Um outro momento que chamou minha atenção foi quando regularizei a situação de um morador local. Todas as vezes em que eu era visto ele fazia questão de atravessar a rua para me cumprimentar, me agradecer, perguntar como eu estava e relatar um pouco sobre sua vida. Eu achava que não merecia todo aquele interesse, embora o acolhimento tenha me feito sentir realmente pertencente àquela comunidade.

Deixando de lado meu suposto saber e domínio da técnica moderna (BRAGA e FARINHA, 2017), eu pude sair da prisão burocrática acadêmica e finalmente começar a me sentir em contato com pessoas, realizar encontros com vulnerabilidades, potencialidades e narrativas. Quando minha racionalização de fatos foi ofuscada pela vivência de afetos, eu pude admitir que não havia um modelo pronto para cada situação, e a invenção em conjunto de cenários era a forma ideal de poder fazer psicologia ali. A ausência de um “manual universal de procedimentos” é o início de um “manual de universos possíveis”, que por mais inseguro que seja, segue sendo construído como a melhor opção.



Figura 3 - Regularização do título eleitoral com colaboração do estagiário de Psicologia

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Um fato intrigante que foi observado é como a composição do grupo é majoritariamente feita pela juventude. Mesmo em idades tenras, a organicidade feita para a existência das ações demonstra maturidade e experiência de quem está na luta há muito tempo, talvez por herdar de outras gerações o desafio diário de conflitos pela sobrevivência, talvez uma lacuna etária que não foi ocupada pelos mais velhos e teve que ser apropriada pelos mais novos. Sobre isso, é possível compreender que:

Poder construir espaços de partilha e acolhimento entre os/as jovens permite trocas de vivências comuns, como as angústias, os enfrentamentos, as superações e as conquistas alcançadas por meio da militância, o que torna as experiências vividas por eles/as mais legítimas e reforça a importância e a potência dos espaços de socialização entre os pares, na formação e transformação subjetiva e política. Dessa forma, os espaços de trocas de experiências e vivências entre os/as jovens fortalecem os vínculos, o sentimento de coragem e a identificação com a luta, além de proporcionarem a criação de uma rede afetiva com impactos positivos para a estrutura psicológica, auto estima, segurança e satisfação das necessidades dos/as militantes. (ALVES; FERNANDES; MESQUITA, 2021, p. 24-25)

É possível entender assim que o espaço de reivindicação é também de produção de saúde entre os próprios membros, que muitas vezes compartilham não só a idade, mas como

o território habitado, vivências de violências e discriminações e formas de enfrentar essas violências. Ter uma rede de suporte se faz essencial como dispositivo político de sobrevivência e solidariedade. Uma psicologia popular é aquela que se faz em conjunto com a luta política coletiva e por isso nunca pronta e nem totalizada, ao contrário se faz em organicidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante as atividades em que fui convidado a participar, surgiram alguns desafios e diversos questionamentos. Como se entender como psicólogo fora das quatro paredes? Como construir uma psicologia que contribua com os povos? Qual é o papel do psicólogo na realidade em que habito? Tentar resolver cada um deles não é tarefa fácil, afinal, diversas respostas diferentes podem surgir. O caminho trilhado foi o de não deixar que isso fosse impeditivo, mas um motor que fizesse ir atrás de possibilidades.

A própria construção de vínculos era parte do meu papel ali, sem a necessidade de que eu estivesse a todo momento enquanto um observador/avaliador para ser validado enquanto psicólogo, ou, ao menos, são nessas reflexões que eu tenho me afeiçoado. Ao longo de dois períodos, quase um ano, emergiram questões em que a Psicologia Social Latino-Americana – embora ainda pouco discutida na formação – se enquadrou enquanto um dos fundamentais campos que pudesse favorecer na compreensão dos fenômenos. Se os preceitos básicos de Martín-Baró sobre uma ciência que fosse construída pelo povo latino tivessem sido atendidos, talvez minha aproximação e a consolidação do trabalho realizado se dessem de forma ainda mais bem sucedida.

Para além de teorias desconectadas com a realidade social, é possível observar como os movimentos sociais podem na prática realizar movimentos que amenizam estruturas violentas, sujeitos negligenciados de direito, que saem politicamente fortalecidos e eticamente empoderados em meio às barganhas com o Estado e o sistema neoliberal. Tal atuação pode ser comparada com a dos sindicatos salvadorenhos que limitavam suas conquistas às reivindicações de menor escala, mesmo que elas não abalem de fato as estruturas opressoras, já que a possibilidade de enfrentamentos sociais significativos que poderiam levar a extinção do próprio grupo por meio de violentas ações coercitivas (MARTÍN-BARÓ, 1987/2017). Não é que os grupos – sociais ou sindicais – não tenham poder, mas sim que esse poder se manifesta de formas distintas frente aos mecanismos de retaliação. Essa comparação tem o intuito de demonstrar o quão rasa nossa democracia

permite o exercício de liberdade, temática que embora esteja totalmente atrelada com a violência, fica como sugestão de lacuna para ser abordada em outro estudo.

Nesta prática produzida no Congresso do Povo, é reiterado o papel do MST na construção de um projeto popular, democrático e amplo para o Brasil. A militância faz parte da construção de um processo de resistência, que engloba todas as forças que querem construir um novo Brasil, no campo e na cidade, tendo como caminho a Reforma Agrária Popular.

A fome é uma violência cruel, entre as mais torpes que alguém pode vir a vivenciar. A lida com a terra faz parte da relação íntima que as comunidades rurais têm com a natureza, compreendendo como é recompensador poder trabalhar na terra para, com extrema dedicação e labuta, gerar a sustância que, além de satisfazer as mais rudimentares necessidades, é potencializadora dos sonhos mais elaborados. É perceptível que há uma significação grande entre a produção alimentar e a capacidade de fomentar a esperança de dias melhores.

Por fim, considero a experiência aconselhável para todos aqueles que quiserem vivenciar como é ser deslocado do campo do saber absoluto para o campo em que a prática e as sabedorias tem também seu espaço. Aconselho a todos que desejam aprender mais sobre violência, viver alguns dias de sua rotina entre os desprivilegiados, ainda que nenhuma agressão tenha acontecido com os meus mais próximos durante esse estágio. Recomendo a quem se vê duvidoso das ações do MST um período nas tarefas ao seu lado. E luto para que a Reforma Agrária Popular ganhe cada vez mais adeptos para que possamos construir uma sociedade mais justa e solidária.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Jadelma; FERNANDES, Saulo Luders; MESQUITA, Marcos Ribeiro. Produção de Subjetividade e Militância Política dos Jovens do Movimento Sem Terra no Semiárido Alagoano. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 10-29, 2021.
- BRAGA, Tatiana Benevides Magalhães; FARINHA, Marciana Gonçalves. Heidegger: em busca de sentido para a existência humana. Revista da Abordagem Gestáltica: **Phenomenological Studies**, v. 23, n. 1, p. 65-73, 2017.
- CALL, Charles T. Assessing El Salvador's transition from civil war to peace. **Ending civil wars: The implementation of peace agreements**, p. 383-420, 2002.
- CASTRO, Elisa Guaraná de et al. Os jovens estão indo embora?. **Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 59-92, 2009.
- FERNANDES, Florestan — **O Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez, p. 157-175, 1989.
- GUZZO, Raquel S. L. ; LACERDA JUNIOR, Fernando (org.). **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. Campinas: Alínea, 2009
- JESUS, Jaqueline Gomes. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. **Psicologia e saber social**, v. 1, n. 2, p. 163-186, 2012.
- KRUG, E. G. et al., eds. **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002.
- LACERDA JUNIOR, Fernando; GUZZO, Raquel S. L.. Sobre o Sentido e a Necessidade: do resgate da obra de Martín-Baró. In: LACERDA JUNIOR, Fernando; GUZZO, Raquel S. L. (org.). **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação**. Campinas: Alínea, 2009. p. 15-39.
- LI, Teng et al. Crowded scene analysis: A survey. **IEEE transactions on circuits and systems for video technology**, v. 25, n. 3, p. 367-386, 2014.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Acción e ideología**. San Salvador: UCA editores, 1985.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, Raquel S. L.. **Psicologia Social para a América Latina**. Campinas: Alínea, 1986/2009. p. 181-198.
- MARTÍN-BARÓ, I. El latino indolente. Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In: MONTERO, M. (Orgs.). **Psicología política latinoamericana**. Caracas: Panapo, 1987a. 135-162.
- MARTÍN-BARÓ, I. Del opio religioso a la fe libertadora. In: MONTERO, M. (Orgs.). **Psicología política latinoamericana**. Caracas: Panapo, 1987b. 229-268.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais. **A pesquisa e a mudança social**. Editora Vozes Limitada, 1987/2017.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. La violencia en Centroamérica: una visión psicosocial. **Salud, Problema y Debate (Buenos Aires)**, v. 2, p. 53-66, 1990.

MARTÍN-BARÓ, I. Desafios e perspectivas da psicologia latino-americana. **Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas: Editora Alínea, 1990/2009.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JUNIOR, Fernando. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Revista Psicologia Política**, v. 14, n. 31, p. 569-589, 2014.

OLIVEIRA, Lucian Borges et al. Vida e a Obra de Ignácio Martín-Baró e o Paradigma da Libertação. **Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró**, v. 3, n. 1, p. 205-230, 2014.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista brasileira de linguística aplicada**, v. 8, p. 261-266, 2008.

TENÓRIO, Gabryela Vanderlei; SANTOS, Danielle Silva; GONÇALVES, Sandra de Lourdes. Patologias e infraestrutura urbana: análise do bairro da Levada, cidade de Maceió. **Caderno de Graduação-Ciências Exatas e Tecnológicas-UNIT-ALAGOAS**, v. 5, n. 2, p. 273-273, 2019.

WOOD, Elisabeth Jean. Insurgent collective action and civil war in El Salvador. **Cambridge University Press**, 2003.